



[Handwritten signature in blue ink]

RELATÓRIO E CONTAS 2024

HÁ 122 ANOS AO SERVIÇO DA SOLIDARIEDADE



ÍNDICE

	Pág.
Convocatória	2
Órgãos Sociais	3
Introdução	4
Relatório de Gestão	5 a 15
Proposta de Aplicação de Resultados.....	16
Demonstrações Financeiras e anexo	17 a 46
Certificação Legal das Contas	47 a 50
Parecer do Conselho Fiscal	51



CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2 alínea b) do Art.º 22 dos Compromissos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, convoco os Irmãos desta Misericórdia para reunirem em Assembleia – Geral no dia **27 de março, pelas 17:30 horas, no Auditório do Lar da Misericórdia**, sito na Rua Elias Moreira Neto, n.º 161, freguesia e concelho de Paredes, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
2. Apreciar o relatório, as contas e os pareceres do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas e Votar as Contas do Exercício de 2024;
3. Ponto de situação do concurso para a construção da ERPI de Baltar;
4. Outros assuntos de interesse para a Misericórdia.

Nos termos do n.º 1 do Art.º 24, se no dia e hora designados para a reunião, não estiver presente mais de metade dos Irmãos com direito a voto, a Assembleia funcionará em segunda convocatória, trinta minutos depois, com qualquer número de presenças.

Paredes, 10 de março de 2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Alberto Luís Mourão Soares Carneiro



ORGÃOS SOCIAIS EFETIVOS

Quadriénio 2024-2027

ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Alberto Luís Mourão Soares Carneiro
Lucília Maria Dias Carvalhinho Sousa Pinto
Maria Manuela Rocha Silva Freire de Sousa

MESA ADMINISTRATIVA:

Provedor: Ilídio José da Silva Meireles
Vice-Provedor: José Armando Coutinho Baptista Pereira
Tesoureira: Teresa Maria de Paiva Leal
Secretaria: Ana Francisca de Cabral Ruão
Vogal: António Joaquim Garcez Neto da Silva

DEFINITORIO OU CONSELHO FISCAL:

Presidente: Claudina Rosa Pinto Lourenço Martins Nossa
Tiago José Vieira Castro do Amaral
António Francisco de Oliveira Ferreira



INTRODUÇÃO

Para os devidos efeitos legais e estatutários da Misericórdia de Paredes definidos na **alínea b) do n.º 2 do art. 22 dos Compromissos**, se submete o Relatório e Contas do exercício de 2024, bem como a correspondente Certificação Legal de Contas e o Parecer do Conselho Fiscal, para apreciação e aprovação da Assembleia Geral.

Este documento reflete não apenas os desafios enfrentados, mas também as conquistas e o compromisso desta Instituição com excelência, inovação e rigor na prestação dos serviços e apoio aos mais desfavorecidos.

O conteúdo deste documento relata a posição financeira e contabilística da Instituição, constituída pelas demonstrações financeiras exigidos por lei, acompanhada de várias notas técnicas explicativas de modo a facilitar e simplificar ao máximo a sua compreensão.



RELATÓRIO DE GESTÃO

O ano de 2024 foi um período de intenso trabalho com o acompanhamento do quotidiano, sempre exigente, a que acresce a preocupação constante nas várias intervenções de beneficiação do património imobiliário, com intervenções pontuais em diversas áreas e equipamentos.

Deu-se resposta a todos os problemas, alguns com especial complexidade, orientando a nossa atenção no sentido de os resolver, suprir deficiências, melhorar a qualidade de todos os serviços, sempre no propósito firme de afirmação da instituição na rede social do concelho, em que se integra, sendo especialmente de referir as obras na Creche do Oural, em fase de acabamento, o início da construção das habitações colaborativas na escola da Madalena e o a substituição do telhado e da caixilharia de janelas e portas, colocação de painéis fotovoltaicos e do sistema de aquecimento, tudo no edifício do lar, numa candidatura à eficiência energética aprovada.

Apesar das dificuldades, verificou-se um aumento dos proventos, que atingiram mais cerca de €356 433.59 e, por outro lado, aumentou a despesa corrente, essencialmente com a valorização do custo do trabalho, decorrente do aumento do salário mínimo nacional, aumento estendido a todos os restantes funcionários, progressão da carreira de alguns funcionários, circunstância que, sem colocar em causa a justeza da medida, tem naturalmente reflexos na coluna da despesa, assim como a pressão que se coloca nos dias de hoje, com o constante recurso a contratações temporárias de trabalhadoras para o regime de substituição para férias e a circunstância de atualmente o Lar ser quase um serviço de cuidados continuados, dada a degradação da saúde dos utentes, que cada vez são mais dependentes, implicando um cada vez maior número de trabalhadores.

Este aspeto de agravamento do custo do trabalho não é compensado pela comparticipação dos utentes, a maior parte com reformas insuficientes, e do Estado, já que a tabela atual é para uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e não para uma unidade de cuidados continuados.



Finalmente impõe-se referir que o saldo negativo das contas se explica pelo facto de serem contabilizadas amortizações no valor de €277 292.75, fruto do acentuado investimento que foi feito ao longo dos últimos anos, e que obrigatoriamente se manterá nos próximos, sem o que o saldo seria positivo.

E se esse facto pode desagradar a alguns dos irmãos, a verdade é que apesar desse investimento feito ao longo dos últimos anos, as disponibilidades financeiras da instituição permanecem estáveis.

É que a realização de todas as obras desenvolvidas tem reflexo nas contas, com os respetivos custos de amortização, mas entende esta Mesa Administrativa que devem ser vistas como investimento necessário e até imprescindível na perspetiva do médio prazo.

Os resultados de 2024 demonstram o cuidado que a Mesa Administrativa coloca na gestão dos seus recursos, com a preocupação constante de melhorar as condições de assistência, nas várias valências, de trabalho dos seus funcionários e de aumentar dentro do possível os seus níveis remuneratórios.

Apesar disso, os resultados obtidos permitem encarar o futuro com algum otimismo, fruto de uma gestão rigorosa na contenção de custos operacionais e na planificação do investimento necessário para, cumprindo a lei, satisfazer os naturais anseios daqueles para quem esta instituição é imprescindível.



Informação Económica, Financeira e Orçamental

Os membros da Mesa Administrativa, dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido na alínea e) do n.º 1 do art.º 27, presta informação referente ao período de 2024, contida nos instrumentos de gestão Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados em 31 de dezembro de 2024.

De forma resumida, segue-se um curto comentário aos valores constantes da documentação apresentada:

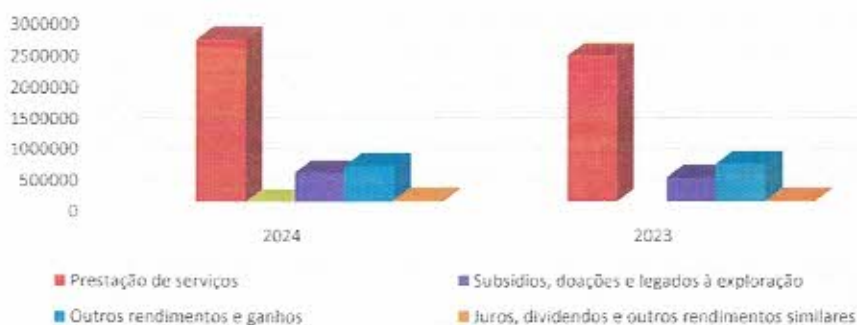
Análise da Situação Económica – Demonstração de Resultados

Em termos de estrutura de rendimentos, a decomposição é a seguinte:

(valores em euros)

RENDIMENTOS	2024	2023
Prestação de serviços	2.603.616,46	2.352.147,20
Subsídios, doações e legados à exploração	465.319,49	385.948,78
Reversões de perdas por imparidade de dívidas a receber	38.290,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	572.583,30	601.570,95
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	29.105,56	12.814,29
Total dos rendimentos	3.708.914,81	3.352.481,22

Rendimentos



No período económico em análise, a Misericórdia realizou um total de rendimentos no valor de €3 708 914,81 (três milhões, setecentos e oito mil, novecentos e catorze euros e oitenta e



um cêntimos), traduzindo um acréscimo relativamente ao exercício do ano transato, em termos percentuais, na ordem dos 10.63%.

Na rubrica “**Serviços Prestados**” verifica-se um acréscimo na ordem de 10.69% em relação ao exercício de 2023. Nesta rubrica estão contabilizadas as mensalidades dos utentes, bem como as comparticipações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre a Instituição e o Estado, por respostas sociais.

A rubrica “**Subsídios, Doações e Legados à Exploração**” apresenta um acréscimo na ordem de 20.57% em relação ao exercício de 2023.

Nesta rubrica inclui os subsídios atribuídos pelo IEFP – Instituto Emprego e Formação Profissional. A Misericórdia continua a apostar na medida “Contrato Emprego Inserção +”, para colmatar situações de substituições temporárias de trabalhadores e reforço de apoio aos trabalhadores. A comparticipação financeira do IEFP é de 90% sobre a bolsa de emprego e é baseada na modalidade de custos unitários, por mês e por beneficiários sem deficiência e 100% para candidatos com deficiência.

Inclui também na rubrica de subsídios à exploração o Protocolo do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e Contratos de Inserção de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), que é liquidado mensalmente pela Camara Municipal de Paredes (transferência de competências do ISS - Instituto de Segurança Social, desde 01 de outubro de 2022 e com aditamento ao Protocolo de Cooperação celebrado a 01 de outubro de 2024 pelo período de um ano). A Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social. A área geográfica de intervenção situa-se nas freguesias de Beire, Cristelo, Duas Igrejas, Louredo, Parada de Todeia, Paredes (Besteiros; Bitarães; Castelões de Cepeda; Gondalães; Madalena; Mouriz; Vila Cova de Carros), Sobrosa e Vilela.

Nesta rubrica também consta o Programa “Demografia, Qualificações e Inclusão (PESSOAS 2030)” para apoio às pessoas mais carenciadas financiado pelo Fundo Social Europeu Mais (FSE+), cujo objetivo principal é a distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade e medidas de acompanhamento, no âmbito do aviso n.º PESSOAS-2023-29, ao território de Paredes, com o n.º total de destinatários de 1070, na modalidade de Polo de Receção, Coordenadora e Mediadora.



Convém reforçar que é um programa que iniciou em 16-10-2017, embora com outra designação “Projeto de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas financiado pelo Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAC), tipologia de operações 1.2.1-Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade, no âmbito do aviso n.º PO APMC-F2-2017-01”, mas com os mesmos objetivos.

A Misericórdia de Paredes receciona, armazena, distribui os produtos aos destinatários e é responsável pela coordenação e mediação de toda a logística e ações de acompanhamento. Os produtos a distribuir no âmbito da operação são produtos congelados, frios e secos. O Instituto de Segurança Social assume a qualidade de organismo intermédio.

Atendendo à capacidade técnica e física, bem como à qualidade trabalho prestado, a Instituição tem sido objeto de convites para novas candidaturas.

Na rubrica de subsídios à exploração também inclui o apoio financeiro que o Estado atribui à Instituição, através de uma candidatura ao Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar, para compensação remuneratória das Educadores de Infância.

Na rubrica **“Reversões de Perdas por Imparidade de dívidas a receber”** registou-se a reversão (anulação) de perda por imparidade por deixar de existir ou ter diminuído a perda, motivada pela liquidação total ou parcial de dívidas de utentes.

Na rubrica **“Outros Rendimentos e Ganhos”** verifica-se um decréscimo de 4.82% em relação ao período transato, reflexo da oscilação do valor rendas de edifícios, consultórios e habitações e rendimentos suplementares.

Esta rubrica também inclui valores da conta “Restituição de Impostos” referente aos pedidos de restituição de valor de IVA suportado nas faturas de construções, manutenções e conservação dos edifícios, de bebidas e alimentação, e de elementos do ativo fixo tangível e suas reparações, com limites estipulados na lei para restituição de IVA de outros regimes - IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, que oscila em função do investimento efetuado.

Também contempla nesta rubrica, a imputação de subsídios/doações para investimento, que estão associados a ativos fixos tangíveis e que são transferidos numa base sistemática, para a conta 78831 – Subsídios ao Investimento, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem.

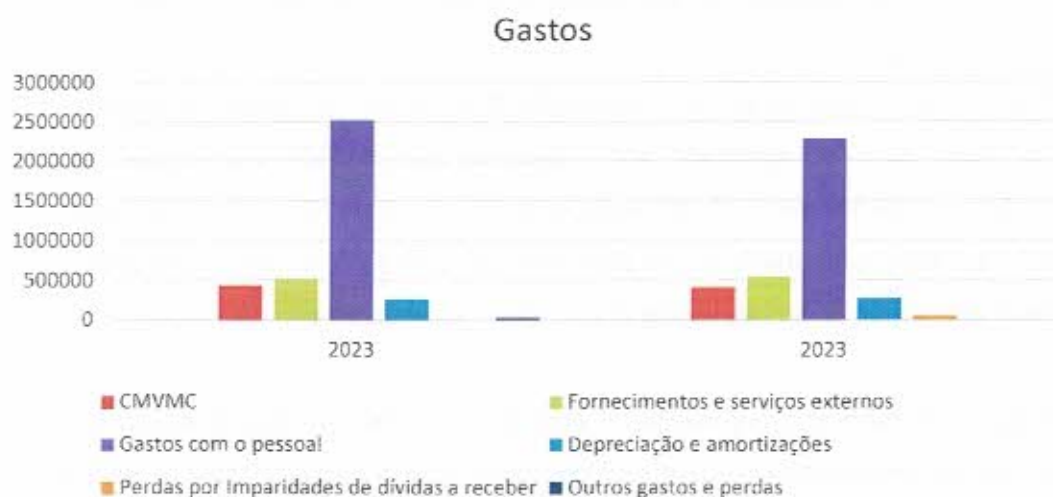


A rubrica **“Juros e Rendimentos Similares Obtidos”** sofreu alteração significativa justificando-se pelo aumento da taxa de juros atribuídas às aplicações financeiras efetuadas pela Instituição. No período em análise, esta rubrica teve um acréscimo de €16 291.27 (dezassex mil, duzentos e noventa e um euros e vinte e sete cêntimos), em relação ao período de 2023.

As rubricas com mais peso na estrutura de rendimentos do ano de 2024 são, os **“Prestação de Serviços”**, **“Outros Rendimentos e Ganhos”** **“Subsídios, Doações e Legados à Exploração”**, representando 70.20%, 15.44% e 12.55% do total dos rendimentos, respetivamente.

Em termos de estrutura de gastos, a decomposição é a seguinte:

(valores em euros)		
Gastos	2023	2023
CMVMC	457.728,32	432.624,47
Fornecimentos e serviços externos	527.447,26	554.152,59
Gastos com o pessoal	2.522.156,03	2.280.858,33
Depreciação e amortizações	277.292,75	282.823,30
Perdas por Imparidades de dívidas a receber	10.515,24	56.924,14
Outros gastos e perdas	40.667,73	12.802,68
Total dos gastos	3.835.807,33	3.620.185,51





No que diz respeito à estrutura de gastos, verifica-se que os mesmos ascenderam ao valor de €3 835 807.33 (três milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e sete euros e trinta e três cêntimos), o que representa um acréscimo na ordem dos 5.96%, face ao ano de 2023.

Na rubrica **“Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas”** verifica-se um acréscimo na ordem de 5.80%, face ao período de 2023, efeitos da subida constante de preços.

Na rubrica **“Fornecimentos e Serviços Externos”** verifica-se uma diminuição na ordem de 4.82%, em relação ao período de 2023.

O gasto que sofreu uma redução mais significativa durante o ano 2024, foi a rubrica “Bolsa de Emprego”.

A “Bolsa de Emprego” refere-se a uma medida do IEFP – Instituto Emprego Formação Profissional **“Contrato Emprego Inserção+”**, que consiste na realização de tarefas por desempregados, beneficiários do rendimento social de inserção, de trabalho socialmente necessário que satisfaça necessidades sociais e temporárias. A Misericórdia de Paredes candidata-se a esta medida para colmatar situações de substituições temporárias de trabalhadores impedidos de trabalhar e reforço de apoio aos trabalhadores. A comparticipação financeira do IEFP é de 90% sobre a bolsa de emprego e é baseada na modalidade de custos unitários, por mês e por beneficiários, e o gasto que a Misericórdia suporta é de 10% desse valor. O rendimento é registado na conta de “Subsídios à Exploração” e o gasto na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Os **“Gastos com o Pessoal”** atingiram a verba de €2 522 156.03, um acréscimo de 10.58% em relação ao período de 2023. Contribuiu para este facto, o diferencial de atualização do salário mínimo nacional a todas as remunerações dos profissionais da Instituição, progressão da carreira profissional de alguns funcionários, contratações temporárias para substituição de trabalhadores ausentes ao serviço por baixa médica.

Na rubrica **“Gastos com Depreciações e Amortizações”** verifica-se uma diminuição na ordem dos 1.96%. A quantia depreciable de um ativo é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. O período de vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009. Os ativos tangíveis em curso só iniciam a depreciação com a finalização/conclusão das obras.



Na rubrica **“Perdas por Imparidade de dívidas a receber”** constam as evidências objetivas de imparidade, com inerente risco de incobrabilidade das dívidas de clientes/utentes de cobrança duvidosa com créditos em mora há mais de 24 meses.

Por sua vez, a Rubrica **“Outros Gastos e Perdas”** sofre um acréscimo de €27 865.05 face ao ano transato. Esta rubrica inclui impostos, correções relativas a exercícios anteriores, donativos, quotizações e outros gastos.

É de salientar no total dos gastos as rubricas **“Gastos com o Pessoal”**, **“Fornecimentos e Serviços Externos”** e **“CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas”** com uma representatividade de 65.75%, 13.75%, 11.93% respetivamente.

Completamos o período de 2024, com um resultado líquido negativo de € 126 892.52 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e noventa e dois euros, e cinquenta e dois cêntimos).

Análise da Situação Financeira – Balanço

Da análise ao balanço podemos constatar que em 31 de dezembro de 2024 o **Ativo Líquido** da Instituição cifra-se em € 7 034 378.35 (sete milhões, trinta e quatro mil, trezentos e setenta e oito euros e trinta e cinco cêntimos), traduzindo um acréscimo em termos percentuais de 9.59% relativamente ao período de 2023 que se cifrou em € 6 418 730.69 (seis milhões, quatrocentos e dezoito mil, setecentos e trinta euros e sessenta e nove cêntimos).

É de destacar a representatividade de 54% Ativos fixos tangíveis e de 25.78% das disponibilidades, no total do ativo.

Quanto aos **Fundos Patrimoniais** passou de € 5 648 276.73 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e seis euros e setenta e três cêntimos) em 2023, para €6 148 715.47 (seis milhões, cento e quarenta e oito mil, setecentos e quinze euros e quarenta e sete cêntimos), o que traduz um acréscimo em termos percentuais de 8.86%.

A rubrica **“Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”** contempla os Subsídios “PIDDAC”, “Fundo Rainha Dona Leonor”, “Subsídios PRR-TO 1.1 Mobilidade Verde – Aquisição de viatura elétrica para SAD – Serviço de Apoio Domiciliário”, “Subsídios PRR - Creche Oural, Habitações Colaborativas, Eficiência Energética”, bem como heranças e doações de ativos



fixos tangíveis efetuadas por utentes do Lar e Município de Paredes, nomeadamente Escola EB2/3 de Baltar e Escola da Madalena.

Os subsídios não reembolsáveis “PIDDAC”, “Fundo Rainha Dona Leonor”, “Subsídios PRR-TO 1.1 Mobilidade Verde – Aquisição de viatura elétrica para SAD – Serviço de Apoio Domiciliário”, heranças e as doações relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras Variações nos fundos patrimoniais” e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento” durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.

Nos “Subsídios PRR - Creche Oural, Habitações Colaborativas, Eficiência Energética” a imputação acima referida só será contabilizada, quando finalizarem as obras em curso a que dizem respeito.

Quanto ao **Passivo Corrente**, passou de € 770 453.96 (setecentos e setenta mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e noventa e seis cêntimos) em 2023, para € 885 662.88 (oitocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos), o que traduz um acréscimo em termos percentuais de 14.95%, reflexo da variação da rubrica de “Fornecedores”, “Estado e outros entes públicos”, “Diferimentos” e “Outros passivos correntes”.

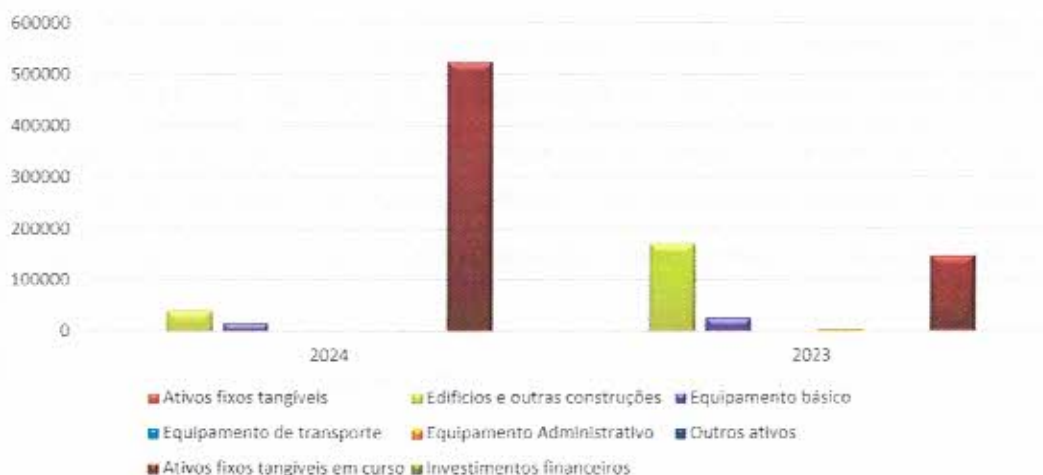
Investimentos

O período de 2024 registou um investimento global de €586 013.29 (quinhentos e oitenta e seis mil, treze euros e vinte e nove cêntimos), o que representa um acréscimo de 65.05%, face ao ano de 2023.

(valores em euros)

Investimentos	2024	2023
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	41.681,72	173.327,20
Equipamento básico	16.513,99	27.401,70
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	2.660,83	5.166,63
Outros ativos	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	525.156,75	148.616,94
Investimentos financeiros	0,00	550,05
Total de investimentos	586.013,29	355.062,52

Investimentos



Execução Orçamental

A nível de execução orçamental os rendimentos e gastos situaram-se acima do orçamentado em 6.05% e 4.40% respetivamente.

Conclui-se que apesar de continuar a ser um ano repleto de desafios, a execução não foi prejudicial e não teve repercussões que pudessem em qualquer momento criar dificuldades de funcionamento.

Realce-se que, para isso foi determinante a atitude construtiva e colaborante de todos os trabalhadores da Misericórdia, com ou sem funções de chefia.



[Handwritten signature and initials in blue ink]

Considerações Finais

Ao apresentar, no cumprimento das disposições estatutárias desta Santa Casa da Misericórdia de Paredes, as contas relativas ao ano de 2024, como aliás é usual nesta instituição, procurou-se fazer refletir com rigor o que caracterizou a ação da Mesa Administrativa e a demonstração clara do que foi a atividade desta Santa Casa, na coordenação entre as necessidades dos utentes e a prestação do melhor serviço, na vontade expressa de melhorar continuamente as condições de funcionamento das diversas áreas de intervenção e no apoio dado a todos os colaboradores da instituição.

Não pode assim a Mesa Administrativa deixar de agradecer o empenho e colaboração dos órgãos sociais, e especialmente de todos os funcionários e colaboradores que, com espírito solidário e empenhado, defendem com a sua ação o bom nome da instituição, servindo o bem comum e dignificando as obras de misericórdia.

Como todos sabem, os desafios que se colocam à nossa Santa Casa da Misericórdia de Paredes são tremendos, assim como seguramente é imensa a capacidade de trabalho de todos quantos nela participam do seu quotidiano, pelo que continuará a desempenhar um papel significativo na afirmação da solidariedade fraterna, aliás como a intervenção para combater os efeitos da pandemia bem demonstrou, ainda que à custa do sacrifício dos nossos funcionários e do esforço financeiro demonstrado nas contas dos últimos anos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2024

Assim nos termos do exposto, a Mesa Administrativa desta instituição, propõe à Assembleia-geral o seguinte:

1. Aprovação do Relatório e Contas do período de 2024;
2. Que o Resultado Líquido Negativo de € 126 892.52 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e noventa e dois euros e cinquenta e dois cêntimos) do período de 2024, transite para Resultados Transitados.

Paredes, 07 de março de 2025

A Mesa Administrativa

A Contabilista Certificada N.º 61761

Provedor:

Vice-Provedor:

Tesoureira:

Secretária:

Vogal:

[Handwritten signatures of the Mesa Administrativa members]
José António de Sousa
Isabel Maria de Sousa
Ana Maria
António Neto

[Handwritten signature of the Contabilista Certificada]



[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO 2024



Balanço em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	3.798.878,80	3.490.158,26
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis	5	-	-
Investimentos financeiros	6	560.495,43	560.495,43
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes		-	-
		4.359.374,23	4.050.653,69
Ativo corrente:			
Inventários	7	17.589,48	17.250,64
Créditos a receber	13.1	18.091,50	34.041,06
Estado e outros entes públicos	13.2	21.667,57	16.910,39
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.3	20,00	-
Diferimentos	13.4	80.797,46	84.442,99
Outros ativos correntes	13.5	723.261,80	649.864,32
Caixa e depósitos bancários	13.6	1.813.576,31	1.565.567,60
		2.675.004,12	2.368.077,00
Total do Ativo		7.034.378,35	6.418.730,69
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.7	52.216,75	52.216,75
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	13.7	4.625.211,74	4.892.916,03
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13.7	1.598.179,50	970.848,24
		(126.892,52)	(267.704,29)
Total dos fundos patrimoniais		6.148.715,47	5.648.276,73
PASSIVO:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	13.8	35.471,65	56.686,89
Estado e outros entes públicos	13.2	61.689,87	53.400,18
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	13.4	109.584,38	82.500,33
Outros passivos correntes	13.9	678.916,98	577.866,56
		885.662,88	770.453,96
Total do Passivo		885.662,88	770.453,96
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		7.034.378,35	6.418.730,69



Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de dezembro 2024

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Vendas e serviços prestados	13.10	2.603.616,46	2.352.147,20
Subsídios, doações e legados à exploração	13.11	465.319,49	385.948,78
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13.12	(457.728,32)	(432.624,47)
Fornecimentos e serviços externos	13.14	(527.447,26)	(554.152,59)
Gastos com o pessoal	13.15	(2.522.156,03)	(2.280.858,33)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.1	27.774,76	(56.924,14)
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13.16	572.583,30	601.570,95
Outros gastos	13.17	(40.667,73)	(12.802,68)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		121.294,67	2.304,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	(277.292,75)	(282.823,30)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(155.998,08)	(280.518,58)
Juros e rendimentos similares obtidos	13.18	29.105,56	12.814,29
Juros e rendimentos similares suportados			
Resultado antes de impostos		(126.892,52)	(267.704,29)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(126.892,52)	(267.704,29)

**Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2023**

(Montantes expressos em Euros)

Descrição	Fundos Patrimoniais					Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Resultado líquido do período	
Saldo em 1 de janeiro de 2023 (SNC)	52.216,75	2.173.336,06	5.110.172,27	(1.140.938,42)	(217.256,24)	5.977.530,42
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alteração de políticas contabilísticas						
Aplicação Resultado Líquido Período			(217.256,24)		217.256,24	0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital		(61.549,40)		-		(61.549,40)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(267.704,29)	(267.704,29)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (SNC)	52.216,75	2.111.786,66	4.892.916,03	(1.140.938,42)	(267.704,29)	5.648.276,73

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2024

(Montantes expressos em Euros)

Descrição	Fundos Patrimoniais					Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Resultado líquido do período	
Saldo em 1 de janeiro de 2024 (SNC)	52.216,75	2.111.786,66	4.892.916,03	(1.140.938,42)	(267.704,29)	5.648.276,73
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Alteração de políticas contabilísticas						0,00
Aplicação Resultado Líquido Período			(267.704,29)		267.704,29	0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital		627.331,26		-		627.331,26
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					(126.892,52)	(126.892,52)
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (SNC)	52.216,75	2.739.117,92	4.625.211,74	(1.140.938,42)	(126.892,52)	6.148.715,47



Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		2.596.426,24	2.399.241,31
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-1.000.053,02	-990.218,96
Pagamentos ao pessoal		-2.506.240,21	-2.244.925,16
Caixa gerada pelas operações		-909.866,99	-835.902,81
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		960.142,27	759.789,54
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		50.275,28	-76.113,27
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-586.013,29	-281.029,99
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-550,05
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos			
Subsídios ao investimento		690.755,66	0,00
Juros e rendimentos similares		23.129,17	129,64
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		127.871,54	-281.450,40
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		69.861,89	
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos da caixa das actividades de financiamento (3)		69.861,89	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		248.008,71	-357.563,67
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.565.567,60	1.923.131,27
Caixa e seus equivalentes no final do período	13.6	1.813.576,31	1.565.567,60



Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024

(Montantes Expressos em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Denominação da entidade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes, também mais abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia de Paredes ou simplesmente Misericórdia de Paredes, fundada no ano de 1902 e o seu número de identificação fiscal é o 500 835 454.

1.2. Sede social

Rua Elias Moreira Neto, n.º 161

4580-085 PAREDES

1.3. Natureza da atividade

A Irmandade da Misericórdia de Paredes é uma associação de fiéis, constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o espírito tradicional, enformado pelos princípios da doutrina e moral cristã.

A Irmandade tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, mediante participação escrita da sua eleição canónica, feita pelo Ordinário Diocesano.

Em conformidade com a natureza que lhe provém, a Irmandade presta serviços de ação social com e sem alojamento a pessoas idosas, bem como apoio social à Infância, tendo como respostas sociais ERPI – Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Creche, Pré-escolar, CATL, SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social/RSI – Rendimento Social de Inserção e POAPMC – Programa Operacional Apoio a Pessoas Mais Carenciadas.

1.4. Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidades de euros.

1.5. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas SNC.



2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1. Divulgação expressa do referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de Normalização Contabilístico e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 09 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF – ESNL:

Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho de 2015 – NCRF – ESNL;

Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código das Contas;

Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho - SNC

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria n.º 106/2011, de 14 de março – Código das Contas;

Aviso n.º 6726-B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;

Portaria n.º 986/2009, de 07 de setembro;

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho - SNC.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC - ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 são comparáveis em todos os aspetos significativos com valores do período de 2023.



3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Instituição, de acordo com a normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo (ESNL).

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Instituição.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

d) Regime do Acréscimo (Periodização económica)

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas sendo registados contabilisticamente e relatadas nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e Credores por acréscimo” e “Diferimentos”.

e) Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação ou alterações às demonstrações financeiras do período.



3.2. ALTERAÇÃO NA POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

Até 2015 as propriedades de investimento nomeadamente terrenos e edifícios cujos fins são obtenção de rendas, e não para uso ou fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente, eram classificadas na conta 42 – Propriedades de Investimento.

A partir de 2016, devido à alteração da própria Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), passaram a ser classificados na conta 43 – Ativos Fixos Tangíveis.

Esta alteração reflete-se na eliminação da anterior rubrica do balanço “Propriedades de Investimento” e num aumento da rubrica do balanço de “Ativos Fixos Tangíveis”.

Em 2014 foi alterada a política contabilística de mensuração da participação financeira no HMP, SA tendo em conta que as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Este ajustamento registado em 2013, foi corrigido e efetuado o necessário ajustamento na quantia escriturada do investimento resultado da redução do capital social para cobertura dos prejuízos da sociedade, mantendo a percentagem de participação financeira (31.7%).

Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%.

Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%.

Em 2018 não houve alterações.

No dia vinte e um de dezembro de 2019 foi aprovado pela Assembleia Geral a proposta de aquisição de 80 938 (oitenta mil, novecentas e trinta e oito) ações que a Misericórdia de Paredes detém na sociedade anónima HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, pelo valor de cinco euros por cada ação, no montante total de quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa euros, a pagar pelo adquirente no prazo de dez anos. Esta proposta tem efeitos contabilístico a partir do ano 2020. No final do plano de pagamentos, a Misericórdia ficará com 1.38% de percentagem de participação detida na sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA.

No dia 17 de agosto de 2023 foi assinado um contrato de cessão de posição contratual, entre a Misericórdia de Paredes, Questão Seguinte, Lda e Nuno Pinto Leite SGPS, Lda em que é celebrado e reciprocamente aceite que a empresa Questão Seguinte, Lda cede a Nuno Pinto Leite SGPS, Lda, a posição contratual, e respetivos direitos, que possui em virtude do Contrato Promessa de Venda de Ações, relativo a 80 938 (oitenta mil, novecentas e trinta e oito) ações do HMP - Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, produzindo efeitos a partir da data da assinatura do respetivo contrato.

Em 2023, na contabilização de Rédito, foi alterada a política contabilística da contabilização das comparticipações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre a Instituição e o Estado. Assim, por comunicação do dia 31 de outubro de 2023, a CNC – Comissão Normalização Contabilística **emitiu o seguinte parecer:**

“Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequência dos utentes, e for atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente, estamos perante uma prestação de serviços (conta 72);

“Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, sendo atribuído tendo em vista suportar os custos de funcionamento, estamos um subsídio à exploração (conta 75).



4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os gastos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gasto do exercício em que ocorrem, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividade presentes e futuras adicionais.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes de venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Os ativos que foram atribuídos à Instituição, a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As doações ou heranças que estejam associados a ativos depreciables/amortizáveis, são inicialmente registados na rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”, sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos Resultados “Outros Rendimentos – Imputação de doações para investimentos”.

A partir de 2016, as anteriormente designadas “Propriedades de Investimento” passaram a estar incluídas nos ativos fixos tangíveis, de acordo com o capítulo 7, do aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho, e incluem essencialmente terrenos, edifícios e outras construções para obter rendimento.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de pré-construção e encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso, e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

**b) Métodos de depreciações usados:**

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de depreciação utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Ativo Bruto

	Saldo em 31/12/2023	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2024
Ativos fixos tangíveis					
Terrenos	17.707,33				17.707,33
Edifícios e outras construções	15.766.299,41	41.681,72			15.807.981,13
Equipamento básico	849.217,48	16.513,99			865.731,47
Equipamento de transporte	427.293,18	-			427.293,18
Equipamento administrativo	240.981,96	2.660,83			243.642,79
Outros ativos fixos tangíveis	78.580,59	-			78.580,59
Ativos fixos tangíveis em curso	282.091,01	525.156,75			807.247,76
Total Ativo tangível bruto	17.662.170,96	586.013,29	0,00	0,00	18.248.184,25

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2023	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2024
Ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	12.732.643,34	217.398,62			12.950.041,96
Equipamento básico	738.987,62	42.314,84			781.302,46
Equipamento de transporte	395.611,20	10.661,29			406.272,49
Equipamento administrativo	226.189,95	6.918,00			233.107,95
Outros ativos fixos tangíveis	78.580,59	-			78.580,59
Total depreciações ativos tangíveis	14.172.012,70	277.292,75	0,00	0,00	14.449.305,45
Ativo fixo tangível líquido	3.490.158,26				3.798.878,80

5. ATIVOS INTANGÍVEIS**5.1. DIVULGAÇÃO PARA CADA CLASSE DE ATIVOS INTANGÍVEIS:****a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

**b) Métodos de amortizações usados:**

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em sistema de quotas constantes.

c) Vidas úteis ou taxas de amortização usadas:

O período da vida útil esperada coincide com as taxas de amortização utilizadas pelo Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro de 2009.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**Ativo Bruto**

	Saldo em 31/12/2023	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correções e Transferências	Saldo em 31/12/2024
Ativos fixos intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	168.244,69				168.244,69
Total Ativo intangível bruto	168.244,69	-	-	-	168.244,69

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31/12/2023	Aumentos	Abates e Alienações	Correções e Transferências	Saldo em 31/12/2024
Ativos fixos intangíveis					
Projetos de desenvolvimento	168.244,69	-	-	-	168.244,69
Total depreciações ativos intangíveis	168.244,69	-	-	-	168.244,69
Ativo intangível líquido	0,00				0,00

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS**6.1. DIVULGAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS:**

Os investimentos financeiros são constituídos por empréstimos e participação financeira no capital da sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, bem como FRSS – Fundo de Reestruturação do sector social, Fundo Compensação Salarial e outros investimentos.

a) Critério de mensuração usado para determinar a quantia escriturada bruta:

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo.



Relativamente à base de mensuração da participação financeira na sociedade Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, as NCRL aplicáveis às entidades do setor não lucrativo (SNC-ESNL) são omissas quanto à valorização pelo método da equivalência patrimonial dos investimentos financeiros. Embora tenha sido feito ajustamento da participação detida no Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em 2013, entende-se não se justificar a continuidade da sua aplicação relativamente aos resultados daquela entidade, em virtude de provocar uma distorção significativa nos resultados apurados pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes. Em 2014 foi efetuado um ajustamento neste ativo financeiro pelo reconhecimento da redução do capital social do Hospital da Misericórdia de Paredes, SA para a cobertura de prejuízos, mantendo-se a percentagem de participação detida pela Misericórdia nessa sociedade (31.7%). Em 2015 houve um aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas tendo em conta que a Misericórdia não participou nesse aumento, a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 13.65%. Em 2016 a percentagem de participação mantém-se. Em 2017 houve outro aumento do capital social do HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, mas a Misericórdia manteve a posição em não participar nesse aumento e por este motivo a percentagem de participação detida nessa empresa foi ajustada para 11.38%. Em 2018 não houve alterações. No dia vinte e um de dezembro de 2019 foi aprovado pela Assembleia Geral a proposta de aquisição de oitenta mil, novecentas e trinta e oito ações que a Misericórdia de Paredes detém na sociedade anónima HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, pelo valor de cinco euros por cada ação, no montante total de quatrocentos e quatro mil, seiscentos e noventa euros, a pagar pelo adquirente no prazo de dez anos. Esta proposta tem efeitos contabilístico no ano 2020. No final do plano de pagamentos, a Misericórdia ficará com 1.38% de percentagem de participação detida na sociedade HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA.

Foi apresentado um Processo Especial de Revitalização (PER) pelo HMP – Hospital da Misericórdia de Paredes, SA em julho de 2016, que corre termos no Tribunal da Comarca Porto Este – Instância Central de Amarante – Secção de Comércio – J2 sob o N.º 914/16.6 T8AMT. Atualmente existe um litígio judicial pendente que corre termos no referido tribunal, relativo ao PER apresentado pelo HMP - Hospital da Misericórdia de Paredes, SA, onde a Misericórdia apresentou uma reclamação de créditos de rendas comerciais do imóvel onde está instalado o



HMP no valor de 507 643.88€ (quinhentos e sete mil seiscientos e quarenta e três euros e oitenta e oito cêntimos, provenientes de rendas vencidas e não pagas pelo HMP no período compreendido entre abril de 2013 e julho de 2016, e um crédito de suprimentos, a título de reforço de suprimentos adicionais, efetuado pela Misericórdia enquanto acionista do HMP, no valor de 110 922.00€ (cento e dez mil novecentos e vinte e dois euros).

O desconhecimento destes ativos financeiros, resultante de venda é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As oscilações na rubrica “Outros Investimentos Financeiros” referem-se ao Fundo de Compensação Salarial.

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra as adições, as revalorizações, as alienações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as quantias escrituradas são as seguintes:

Investimentos financeiros

	Saldo em 31/12/2023	Aumentos	Abates e Alienações	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Investimentos financeiros					
Ações no HMP, SA	443.661,58				443.661,58
Empréstimos	110.922,00				110.922,00
Outros investimentos financeiros	5.911,85				5.911,85
Total Investimentos financeiros	560.495,43	-	-	-	560.495,43

7. INVENTÁRIOS

7.1. *Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:*

Os materiais e produtos de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado em sistema de inventário intermitente.

7.2. *Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:*

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os valores constantes dos inventários são as seguintes:

Inventários

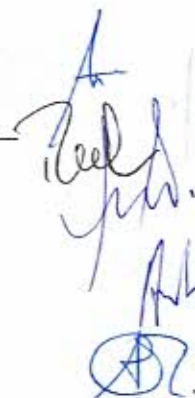
Descrição	2024	2023
Inventários		
Matérias primas e consumíveis	17.589,48	17.250,64
Total Inventários	17.589,48	17.250,64

8. RENDIMENTOS E GASTOS

8.1) *Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços:*

O rédito é mensurado ao justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente de prestações de serviços é reconhecido líquida de imposto, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do relato.



9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

9.1) *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais:*

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Descrição	Saldo a 31-12-2023	Subsídio 2024	Imputação do subsídio	Saldo a 31-12-2024
Fundos Patrimoniais				
Subsídio PIDDAC	211.100,84		7.877,26	203.223,58
Subsídio Fundo Rainha D. Leonor	72.034,11		18.008,52	54.025,59
Subsídio Viatura 100% elétrica	12.395,83	7.500,00	6.250,00	13.645,83
Subsídios PRR - Creche Oural	0,00	231.952,16	0,00	231.952,16
Subsídios PRR - Habitações Colaborativas	0,00	399.885,00	0,00	399.885,00
Subsídios PRR - Eficiência Energética	0,00	51.418,50		51.418,50
Total	295.530,78	690.755,66	32.135,78	954.150,66

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Misericórdia cumpra com todas as condições a eles associados para os receber.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica “Outras Variações nos fundos patrimoniais” e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos – Imputação de subsídios para investimento” durante os períodos necessários à contabilização das depreciações dos bens a que respeitam.

Os subsídios à exploração que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração do exercício imputam-se como rendimentos desse exercício.

Os subsídios à exploração que se destinam a financiar a cobertura de gastos de exercícios futuros, são imputados aos referidos exercícios, à medida que os gastos são ocorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios à exploração estão divulgados de forma exaustiva na nota 13.11.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Créditos a receber, fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros e outras dívidas de terceiros – estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas de fundadores/beneméritos/patrocinadores/membros e outras dívidas de terceiros a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

As dívidas dos créditos a receber estão mensurados ao custo menos eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável à data de relato.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros - encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos e apresentados nas rubricas “Outros ativos correntes”, “Outros passivos correntes” e “Diferimentos” do balanço.



11. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de turno, subsídio de coordenação, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pela Mesa Administrativa.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecimentos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

11.1) Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número médio de funcionários é o seguinte:

Descrição	2024	2023
<i>N.º médio de funcionários</i>		
Contratos sem termo (Efetivos)	121	119
Contratos a termo certo	0	4
Contratos a termo incerto		
Substituição temporária de funcionários	14	9
Estágio Inserção+ - apoio à deficiência (medida IEFP)	0	1
Estágio Ativar (medida IEFP)	0	1
IEFP - Emprego Apoiado Mercado Aberto	1	0
Total	136	134

**O número dos Órgãos Sociais é o seguinte:**

Assembleia Geral – 3 membros efetivos e 0 suplentes

Mesa Administrativa – 5 membros efetivos e 3 suplentes

Conselho Fiscal – 3 membros efetivos e 2 suplentes

Conforme nº 1 do artigo 16 do Compromisso da Misericórdia, os órgãos sociais exercem gratuitamente as funções que competirem aos respetivos cargos.

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício até esta data, que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas.

13. OUTRAS DIVULGAÇÕES**13.1) Créditos a receber**

As quantias apresentadas para créditos a receber têm a seguinte discriminação:

Descrição	2024			2023		
	Quantia nominal	Perda por imparidade acumuladas	Valor Líquido	Quantia nominal	Perda por imparidade acumuladas	Valor Líquido
Utentes c/corrente						
Saldos não vencidos	18.091,50	0,00	18.091,50	34.041,06	0,00	34.041,06
Utentes de cobrança duvidosa						
Saldos vencidos						
Mais de 360 dias	15.260,37	15.260,37	0,00	56.924,14	56.924,14	0,00
Total	33.351,87	15.260,37	18.091,50	90.965,20	56.924,14	34.041,06



O movimento líquido reconhecido no período de 2024 referente a perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade em créditos a receber é apresentado no quadro seguinte:

Dívidas a receber	2024		
	Perda por imparidade do período	Reversões de perdas p/ imparidade do período	Total
Utentes	10.515,24	38.290,00	27.774,76
Total	10.515,24	38.290,00	27.774,76

De seguida, apresenta-se o movimento ocorrido nos períodos de 2024 e 2023 nas perdas por imparidade acumuladas referentes a créditos a receber:

Perdas por imparidade acumuladas	2024	2023
Perdas por imparidade acumuladas início período (1)	56.924,14	0,00
Dívidas prescritas - Créditos incobráveis - utilização (2)	-13.889,01	0,00
Reversões por pagamento total da dívida	-37.990,00	0,00
Reversões por pagamento parcial da dívida	-300,00	0,00
Total Reversões (3)	-38.290,00	0,00
Reforço das imparidades (4)	10.515,24	56.924,14
Total de Perdas por imparidade acumuladas fim do período (5)=(1)+(2)+(3)+(4)	15.260,37	56.924,14

13.2) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 a rubrica "*Estado e outros entes públicos*" apresentava as seguintes quantias:

Descrição	2024		2023	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o Valor Acrescentado	21.667,57		16.910,39	
Imposto sobre o Rend. P. Colectivas	0,00		0,00	
Imposto sobre o Rend. P. Singulares		12.643,57		11.398,94
Contribuições p/ Segurança Social		48.559,50		41.515,24
Outros		486,80		486,00
Total	21.667,57	61.689,87	16.910,39	53.400,18
Saldo		40.022,30		36.489,79

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

**13.3) FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
<i>Fundadores/Patrocinadores/doadores/associados/membros</i>		
Fundadores/associados/membros em curso	20,00	-
Total	20,00	-

13.4) DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2024	2023
Ativos		
<i>Gastos a reconhecer</i>		
Grandes reparações nos ativos e outros	80.797,46	84.442,99
Total	80.797,46	84.442,99
Passivos		
<i>Rendimentos a reconhecer</i>		
Subsidios à exploração (POAPMC/FEAC)	80.329,58	34.502,23
Subsidios à exploração (PAC)	0,00	10.748,10
Mensalidades de utentes a reconhecer	28.000,00	37.250,00
Outros rendimentos a reconhecer	1.254,80	0,00
Total	109.584,38	82.500,33

**13.5) OUTROS ATIVOS CORRENTES**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Suprimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	18.741,67	12.765,28
Outros acréscimos de rendimentos	26.430,24	29.136,36
Outros Devedores		
Inquilinos	508.321,89	507.518,31
Devedores por adiantamento venda ações HMP, SA	0,00	0,00
Devedores por participação no capital	0,00	1,00
Devedores por cessão de créditos HMP,SA	21.121,49	21.121,49
Devedores por subsidios - ISS (POAPMC)	137.811,74	68.205,12
Outros	10.834,77	11.116,76
Total	723.261,80	649.864,32

13.6) CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca dos componentes principais de recebimento e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Instituição.

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2024	2023
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	33,67	198,86
Depósitos à ordem	613.542,64	265.368,74
Depósitos a prazo	1.200.000,00	1.300.000,00
Total	1.813.576,31	1.565.567,60

13.7) FUNDOS PATRIMONIAIS

As quantias apresentadas têm a seguinte discriminação:

Descrição	2024	2023
Fundos patrimoniais		
Fundos	52.216,75	52.216,75
Resultados transitados	4.625.211,74	4.892.916,03
Ajustamentos em ativos financeiros	(1.140.938,42)	(1.140.938,42)
Outras Variações nos fundos patrimoniais		
Subsidios ao investimento PIDDAC	203.223,58	211.100,84
Subsidios Fundo Rainha Dona Leonor	54.025,59	72.034,11
Subsidio Mobilidade Verde - viatura 100% elétrica	13.645,83	12.395,83
Subsidios PRR - Creche Oural	231.952,16	0,00
Subsidios PRR - Habitações Colaborativas	399.885,00	0,00
Subsidios PRR - Eficiência Energética	51.418,50	0,00
Doações	1.784.967,26	1.816.255,88
Resultado líquido do período	(126.892,52)	(267.704,29)
Total	6.148.715,47	5.648.276,73

13.8) FORNECEDORES

As quantias apresentadas para fornecedores têm a seguinte discriminação:

Descrição	2024	2023
Fornecedores		
Fornecedores c/c	35.471,65	56.686,89
TOTAL	35.471,65	56.686,89

13.9) OUTROS PASSIVOS CORRENTES

As quantias apresentadas para outras contas a pagar têm a seguinte discriminação:

Descrição	2024	2023
Fornecedores do imobilizado	73.347,81	73.482,48
Credores por acréscimos de gastos	371.383,39	355.467,57
Credores - Mediadores - Programa POAPMC	883,90	3.912,97
Outros credores	233.301,88	145.003,54
Total	678.916,98	577.866,56

**13.10) VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 este item era constituído pelas seguintes quantias:

Descrição	2024	2023
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	2.596.542,46	2.347.979,20
Quotizações e joias	7.074,00	4.168,00
Total	2.603.616,46	2.352.147,20

Número médio de utentes por resposta social em 31-12-2024

Resposta Social	Total	Comparticipados		Não participados	
	Utentes	Nº	%	Nº	%
Lar	62	60	97%	2	3%
Centro de dia	15	10	67%	5	33%
SAD	56	50	89%	6	11%
Creche	51	51	100%	0	0%
Pré-Escolar	94	90	96%	4	4%
CATL	78	76	97%	2	3%
Sub. Total	356	337	95%	19	5%
SAAS/RSI	820	820	100%	0	0%
POAPMC - Programa alimentar	1070	1070	100%	0	0%
Total	2246	2227		19	1%

13.11) SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 este item era constituído pela seguinte quantia:

Descrição	2024	2023
Subsídios, doações e legados à exploração		
Centro distrital de segurança social		
Lar	0,00	0,00
Centro de dia	0,00	0,00
SAD - Serviço de apoio domiciliário	0,00	0,00
Creche	0,00	0,00
Pré-escolar	26.430,24	29.136,36
CATL	0,00	0,00
RSI	0,00	0,00
POAPMC (Programa operacional apoio aos +carenciados)	65.768,95	45.180,07
Outros	0,00	0,00
Outras Entidades		
Autarquia	184.064,52	201.513,12
Subsídios IEPF	104.766,01	95.521,92
Doações e heranças	84.289,77	14.597,31
Total	465.319,49	385.948,78

13.12) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

As matérias consumidas apresentam os seguintes gastos, nos períodos de 2024 e 2023:

Descrição	Mercadorias	Matérias -primas, subsidiárias e de consumo	Total
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
2024			
Inventários iniciais	0,00	17.250,64	17.250,64
Compras	0,00	458.067,16	458.067,16
Reclass. e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	17.589,48	17.589,48
C.M.V.M.C.	0,00	457.728,32	457.728,32
2023			
Inventários iniciais	0,00	15.003,33	15.003,33
Compras	0,00	434.871,78	434.871,78
Reclass. e regularização de inventários	0,00	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	17.250,64	17.250,64
C.M.V.M.C.	0,00	432.624,47	432.624,47

**13.14) FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

As importâncias mais relevantes que constituem o item de "Fornecimentos e serviços externos" são:

Descrição	2024	2023
Fornecimentos e Serviços Externos		
Trabalhos especializados	65.333,22	63.524,54
Publicidade e propaganda	359,34	686,42
Vigilância e segurança	1.254,60	1.217,70
Honorários	53.172,81	47.712,25
Conservação e reparação	55.493,95	58.381,70
Encargos de saúde com utentes	24.602,21	23.514,07
Serviços bancários	1.574,20	1.553,06
Serviços de cabeleireiro e materiais de utentes	168,00	336,09
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.968,41	6.693,53
Livros e documentação técnica	39,96	0,00
Material de escritório	654,87	122,08
Artigos para oferta	2.236,45	4.551,33
Material didático	4.851,00	11.443,87
Jornais e revistas	499,00	488,00
Outros (rouparia, encargos com passeios de utentes, e outros)	38.656,65	46.730,50
Electricidade	59.328,42	34.472,87
Gas natural	45.242,10	50.259,76
Gasóleo	12.656,12	13.719,16
Água	35.662,59	33.806,56
Outros fluidos	0,00	83,70
Deslocações, estadas e transportes	1.973,00	14.821,95
Comunicação	4.772,60	3.779,15
Seguros	18.462,34	16.240,38
Contencioso e notariado	35,00	20,00
Limpeza, higiene e conforto	5.142,01	4.892,24
Portagens	774,63	787,85
Atividades escolares	17.006,82	6.655,00
Acidentes escolares	21,00	0,00
Bolsa centro emprego	65.139,56	103.251,55
Funerais de utentes	5.366,40	4.407,28
Total	527.447,26	554.152,59

13.15) GASTOS COM O PESSOAL

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de turno, abono para falhas, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras remunerações adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Todas as remunerações foram pagas por transferência bancária ou cheque, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou pagamentos com base em ações.

A rubrica "Gastos com pessoal" tem a seguinte composição:

Descrição	2024	2023
Gastos com o pessoal		
Remunerações do pessoal	2.024.673,09	1.824.911,23
Encargos sobre remunerações	425.935,96	386.328,73
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	48.029,05	47.277,25
Outros gastos (formação profissional ...)	23.517,93	22.341,12
Total	2.522.156,03	2.280.858,33

**13.16) OUTROS RENDIMENTOS**

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2024	2023
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	23.815,60	88.357,43
Descontos de pronto pagamento obtidos	3.031,11	3.428,60
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		
Rendas de edifício - Hospital	166.113,21	159.598,16
Rendas de habitação	40.355,72	33.980,25
Rendas de consultórios	22.281,45	21.075,21
Rendas de edifício - hemodiálise	180.000,00	192.000,00
Correcções relativas a períodos anteriores	20.149,69	2.659,63
Imputação de subsídios/doações para investimentos		
Subsídios Piddac	7.877,26	7.877,26
Subsídios Fundo Rainha Dona Leonor	18.008,52	18.008,52
Subsídio Mobilidade Verde - viatura 100% elétrica	6.250,00	4.375,00
Doações de ativos fixos tangíveis e intangíveis	31.288,62	31.288,62
Restituições de impostos (Pedidos de Restituição IVA e consignação fiscal)	53.412,12	38.922,27
Outros Rendimentos e ganhos	0,00	0,00
Total	572.583,30	601.570,95

13.17) OUTROS GASTOS

As quantias significativas que constituem este item são:

Descrição	2024	2023
Outros Gastos E Perdas		
Impostos	18.738,08	6.590,40
Descontos De Pronto Pagamento Concedidos	0,77	1.090,74
Abates	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Correcções Relativas A Períodos Anteriores	15.510,33	3.939,54
Donativos	5.482,55	270,00
Quotizações	936,00	912,00
Total	40.667,73	12.802,68

13.18) JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

As principais rubricas que constituem este item são:

Descrição	2024	2023
<i>Juros, Dividendos E Outros Rendimentos Similares</i>		
Juros Obtidos	29.105,56	12.814,29
Total	29.105,56	12.814,29

14. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Mesa Administrativa e autorizadas para emissão em 07 de março de 2025.

Paredes, 07 de março de 2025

A Mesa Administrativa

A Contabilista Certificada n.º 61761

Provedor:

Vice-Provedor:

Tesoureira:

Secretária:

Vogal:





PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS

S.R.L.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da "Irmandade da Misericórdia de Paredes" (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 7.034.378 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.148.715 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 126.892 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito descrito no primeiro parágrafo da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva", as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião com reserva

Não foi constituída imparidade para processo judicial referente ao PER apresentado pelo HMP- Hospital da Misericórdia de Paredes, S.A., onde a Irmandade da Misericórdia de Paredes apresentou uma reclamação de créditos, no montante de 507.643 € proveniente das rendas vencidas e não pagas no período compreendido entre abril de 2013 e julho de 2016, e sobre um empréstimo efetuado pela Irmandade da Misericórdia de Paredes enquanto acionista do HMP, no montante de 110.922€, em virtude destas dívidas não terem sido incluídas no Plano Especial de Recuperação (PER), por terem sido consideradas dívidas subordinadas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.



PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS

ADSC

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidade do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material



PALM, CÂMBIO & ASSOCIADOS

k

devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controle interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contábilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controle interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria referida na seção "Bases para a opinião com reserva" do relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.



Porto, 19 de março de 2025

PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão
Registado sob os nºs 686 na OROC e 20160327 na CMVM

PALM, CAMBÃO & ASSOCIADOS - Sociedade de Revisiones Officiais de Contas Lda.
Rua João Diniz, nº 249 - 6º piso - sala 612 | 4000-324 Porto | E-mail: g@palmcambao.pt | www.palmcambao.pt | Tel.: +351 226 072 470 (pede fax nacional)
Rua do Golem, nº 77 - 1º piso, 612, P.O. 3400-474 Viana do Castelo | E-mail: ad@palmcambao.pt | www.palmcambao.pt



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

-----PARECER DO CONSELHO FISCAL-----

Em conformidade com o disposto na alínea c) ponto 1º do artigo 31º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Paredes, vem o seu Conselho Fiscal, apresentar à Assembleia Geral o seu Parecer sobre o Balanço, o Balancete, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo relativos ao exercício económico do ano de dois mil e vinte e quatro.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa relativas ao exercício económico de 2024, apreciou o Relatório de Gestão Anual sobre a movimentação das contas do exercício e o Anexo ao Balanço, documentos reportados ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2024, e à Demonstração de Resultados daquele período, tendo procedido à consulta e verificação de toda documentação de suporte.

O Exercício Económico de 2024, foi desenvolvido cumprindo todas as obrigações, com um aumento da despesa de €215.621,80 mas em contrapartida houve um aumento da receita de €356.433,59.

Mesmo com os aumentos na atualização dos gastos com pessoal no montante de €241.297,70 e o cálculo com depreciações e amortizações no montante de €277.292,75 imputados ao exercício, referente ao desgaste de bens mobiliários e imobiliários, bem como o aumento do valor dos Serviços Prestados em €251.469,26, Subsídios à exploração e Reversões de Perdas por imparidade de dívidas a receber no valor de €117.660,71, levou a que o Resultado Líquido do Exercício fosse negativo em €126.892,52 valor este inferior ao exercício anterior.

Mesmo assim, é convicção do Conselho Fiscal que o Resultado negativo apresentado, não compromete a estabilidade financeira da instituição que ficará fortemente protegida pelo saldo de tesouraria de €1.813.576,31 montante este que transita em balanço para o próximo exercício e, por isso, entende o Conselho Fiscal que as contas de 2024 que nos foram apresentadas pela Mesa Administrativa merecem a aprovação dos seus irmãos em Assembleia Geral a realizar no próximo dia 27 de Março de 2025.

Concluindo, o Conselho Fiscal por unanimidade aprova, sem reservas, o Relatório de Contas do exercício compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024 e aconselha a Assembleia Geral a igual procedimento. Louva a Mesa Administrativa, funcionários, colaboradores e todos os elementos do voluntariado pela demonstrada dedicação e competência que todos deram à instituição no decurso do exercício.

Paredes, 20 de março de 2025.

Presidente:

(Claudina Rosa Pinto Lourenço Martins Nossa)

Vice-Presidente:

(Tiago José Vieira e Castro do Amaral)

Secretário:

(António Francisco de Oliveira Ferreira)

